www.oabmt.org.br

JORNAL DA OAB MATO GROSSO 80 ANOS

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - MATO GROSSO | NÚMERO 0021 | DEZEMBRO DE 2014

Próximo governador ouve demandas da advocacia

O Colégio de Presidentes de Subseções de Primavera do Leste sugeriu e os advogados com a diretoria da OAB/MT levaram as demandas da advocacia mato-grossense ao governador eleito Pedro Taques em reunião inédita. **Pag 4**

Comissão de Defesa de Honorários estimula uso de selos

Para colar nas peças. CDH disponiliza selos da Campanha Nacional pela Dignidade dos Honorários com a mensagem “Honorários Dignos: uma questão de justiça”. **Pag 6**

Em blitz, CAA/MT imuniza profissionais do Direito e serventuários da Justiça. PAG. 10

Mala Direta Postal
Especial
9912328815/2013/DR/MT
OAB MT
CORREIOS

DIRETORIA OAB/MT

Presidente:
Maurício Aude

Vice-presidente:
Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral:
Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto:
Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro:
Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábile Ribeiro
Duílio Piato Junior
Francisco Eduardo Torres Esgaib
José Antonio Tadeu Guilhen
Márcio Frederico de Oliveira Dorileo
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto
Adalberto Lopes de Sousa
Alex Tocantins Matos
Alexandro Panosso
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Ana Lúcia Ricarte
Ana Lúcia Steffanello
Arnaldo Rauen Delpizzo
Breno Augusto Pinto de Miranda
Carlos Eduardo de Melo Rosa
Celito Liliano Bernardi
Dainez Nogueira Moreira
Daniela Marques Echeverria
Darley da Silva Camargo
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Eder Roberto Pires de Freitas
Edilson Lima Fagundes
Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Fabiana Curi
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabio de Sá Pereira
Glaucio Rogério dos Reis Capistrano
Heitor Correa da Rocha
Humberto Affonso Del Nery
Itallo Gustavo de Almeida Leite
Ivo Matias
Jonas Coelho da Silva
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Luciana Castrequini
Luciano de Sales
Luiz Carlos Moreira de Negreiro
Luiz Carlos Rezende
Marcelo Geraldo Coutinho Horn
Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite
Mauro Paulo Galera Mari
Murillo Barros da Silva Freire
Osvaldo Antonio de Lima
Paulo Sérgio Cirilo
Paulo Sérgio Gonçalves Pereira
Pedro Martins Verão
Raphael de Freitas Arantes
Ricardo Gomes de Almeida
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo
Roger Fernandes
Rogério Luis Gallo
Ronimárcio Naves
Samir Badra Dib
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Silas do Nascimento Filho
Soraide Castro
Stalyn Paniago Pereira
Tadeu Mucio Galvão Marques Valim
Tânia Regina Ignoti Faiad
Valber da Silva Melo
Valdir Miquelin
Waldemar Pinheiro dos Santos
Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente:
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente:
Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral:
Helmut Flavio Preza Daltro

Secretária-Adjunta:
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro:
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo
Anderson Vatutin Loureiro Junior
Jose Antonio Gasparelo Junior
José Luiz de Aguiar Bojikian
Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias
Hugo Florêncio de Castilho
José Eduardo Polisel Gonçalves
Enéas Correa de Figueiredo Júnior
Heleno de Figueiredo da Costa Marques
Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Bruno Oliveira Castro
Diretor Presidente

Dejango Riber Oliveira Campos
Diretor Adjunto

Fabiana Curi
Secretária

Welder Queiroz dos Santos
Secretário Adjunto

Marcelo Antonio Theodoro
Coordenador Pedagógico

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix
Ana Lucia Ricarte
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruno Ferreira Alegria
Bruno Devasa Cintra
Daniela Marques Echeverria
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Geandre Bucair Santos
Marcos Martinho Avallone Pires
Rogério Luiz Gallo
Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUVIDORIA
Geandre Bucair Santos
Ouvidor-Geral
Giselle Jovelina Dias de Carvalho
Ouvidora-adjunta -
Contatos: (65) 3613-0965

EXPEDIENTE

Jornalista:

Lídice Lannes - DRTMT 810 e
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Estagiária:
Paula Fernanda Pereira

Fotografias:
José Medeiros e Adia Borges
Fotos da Terra
Clayton Brito

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928 – 3613-0929
imprensaoabmt@gmail.com
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 –
caamt@caamt.com.br
www.facebook.com/caaoabmt

Publicidade:
Boletim Informativo –
Comunicação Institucional
Tiragem:
15.000 exemplares

OAB Mato Grosso – 2ª Avenida Transversal s/n, Centro Político Administrativo – CEP: 78.049-914 – CUIABÁ/MT – Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Diagramação e Edição de Arte:
Erickson Souza Thaines
gauchothaines@hotmail.com.br

TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

Luiz da Penha Corrêa
Presidente

Ademar Santana Franco
Vice-Presidente

Jozaira Rita Seixas Guedes
Secretária-Geral

Fabiane Battistetti Berlanga
Secretária Adjunta

MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito – Cuiabá
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum
Bruno Rodrigues da Silva – Cuiabá
Carla Caroline de Paula Rocha – Cuiabá
Eduardo Horschutz Guimarães – Cuiabá
Everaldo Batista Filgueira Junior – Cáceres
João Ricardo Moreira – Cuiabá
Luciano Rodrigues Dantas – Cuiabá
Luiz Gonçalves de Seixas Filho – Mirassol D'oeste
Marco Antonio Magalhães dos Santos – Cuiabá
Marcus Augusto Giraldi Macedo – Peixoto De Azevedo
Milton Martins Mello – Cuiabá
Nelci Andrea dos Santos Andreotti – Peixoto De Azevedo
Paulo Sérgio Missasse – Cuiabá
Rosane Costa Itacaramby – Cuiabá
Ruy Barbosa Marinho Ferreira – Peixoto De Azevedo
Valéria Aparecida Solda de Lima – Mirassol D'oeste
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo – Cuiabá
Vilson Pedro Nery – Cuiabá
Contato: (65) 3613-0965
Plantão de Prerrogativas (24 horas): (65) 9239-1000

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

João Batista Beneti
Presidente

Antonio Luiz Ferreira da Silva
Vice-Presidente

Silvano Macedo Galvão
Secretário-Geral

RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha
Rober Cesar da Silva
Clarissa Bottega
Samantha Rondon Gahyva Martins
Rogerio de Barros Curado
Roberto Antunes de Barros
Marco Antonio Dotto
Adolfo Arini
Jucimeire Marques de Oliveira
Jose Gaspar Maciel de Lima
Pedro Marcelo de Simone
Seila Maria Alvares da Silva
Alexandre Maciel de Lima
Ivo Sergio Ferreira Mendes
João Paulo Moreschi
João Manoel Junior
José Ravanello
Henrique Alves Ferreira Neto
Orlando Campos Baleroni
Gisela Alves Cardoso
Nelson Feitosa
Valdir Francisco de Oliveira
Samuel Richard Decker Neto
Paulo Eurico Marques Luz
Nubia Narciso Ferreira de Souza
Jackson Mario de Souza
Marcelo Bertoldo Barchet
Mauro Antonio Stuani
Gelison Nunes de Souza
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Celso Correa de Oliveira
Nelson Frederico Kunze Pinto
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Rosely Amaral de Souza
Hamilton Ferreira da Silva Junior
Cristiano Alcides Basso
Marcel Alexandre Lopes
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre
Rodrigo Quintana Fernandes
Jonel Benedito Ferreira de Arruda
Adelina Neres de Sousa Campos
Douglas Ricardo Guilhen Melo
Raul Astutti Delgado
Décio Cristiano Piato
Andreia Alves
Carlos Roberto Previdelli
Ulisses Duarte Junior
Joice Wolf Scholl
Luiz Sergio Rossi
Mauro da Silva Andrieski
Murillo Espinola de Oliveira Lima
Amaro Cesar Castilho
Paulo Fabrinny Medeiros
Luciana Amalia Alves
Bruno Ferreira Alegria
Contato: (65) 3613-0935

Presidentes de Comissões Temáticas

Comissão da Diversidade Sexual
João Paulo Carvalho Dias
Comissão da Sociedade dos Advogados
Yaná Christina Eubank Gomes Cerqueira
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
Carlinhos Batista Teles
Comissão de Direito de Trânsito
José Antonio Duarte Álvares
Comissão de Acesso a Justiça
Eduardo Horschutz Guimarães
Comissão de Acompanhamento da Atividade Advocatícia
Uéber Roberto de Carvalho
Comissão de Acompanhamento Legislativo
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Comissão de Advogados Professores
Dejango Riber Oliveira Campos
Comissão de Assuntos Fundiários
Fabio Luis de Mello Oliveira
Comissão de Cultura e Responsabilidade Social
Gabriela Cristina Tortola da Silva
Comissão de Defesa da Igualdade Racial
Augusto Cesar Carvalho Frutuoso
Comissão de Defesa do Consumidor
Carlos Rafael Demian Gomes de Carvalho
Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios
Adriano Carrelo Silva
Comissão de Direito Bancário e Securitário
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Comissão de Direito Civil e Processo Civil
Ricardo Turbino Neves
Comissão de Direito da Mulher
Juliana Moura Nogueira
Comissão de Direitos da Família
Joyce de Oliveira Silva Campos
Comissão de Direito Desportivo
Jean Walter Wahlbrink
Comissão de Direito do Idoso
Isandir Oliveira de Rezende
Comissão de Direito do Trabalho
Marcos Martinho Avallone Pires
Comissão de Direito Eleitoral
Silvio Queiroz Teles
Comissão de Direito Eletrônico
Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi
Comissão de Imobiliário e Urbanístico
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Junior
Comissão de Direito Internacional
Kleber Tocantins Matos
Comissão de Direito Municipal
Humberto Affonso Del Nery
Comissão de Direito Penal e Processo Penal
Saulo Rondon Gahyva
Comissão de Direito Previdenciário
Camila Regina Santos
Comissão de Direitos Humanos
Betsey Polistchuk de Miranda
Comissão de Ensino Jurídico
Jose Patrocínio de Brito Junior
Comissão de Estagiários
Robison Pazetto Junior
Comissão de Estágio e Exame de Ordem
Daniel Paulo Maia Teixeira
Comissão de Estudos Constitucionais
Felipe Amorim Reis
Comissão da Lei de Falência e Recuperação de Empresas
Aline Barini Nespoli
Comissão das Questões Jurídicas do Agronegócio
Paulo Inacio Helene Lessa
Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte
Darius Canavarros Palma
Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos
Ivo Matias
Comissão de Infância e Juventude
Marizete Fatima Reginato Bagatelli
Comissão de Juizados Especiais
Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça
Comissão de Meio Ambiente
Luiz Alfeu Souza Ramos
Comissão de Orçamento e Contas
Murillo Barros da Silva Freire
Comissão de Propriedade Intelectual e Autoral
Geraldo da Cunha Macedo
Comissão de Saúde e Saneamento
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Comissão de Segurança Pública
Almerindo José Silva Costa
Comissão do Advogado Público
Alexandre Apolonio Callejas
Comissão do Direito Administrativo
Darlã Martins Vargas
Comissão do Jovem Advogado
Eduardo Ramsay de Lacerda
Comissão Especial de Conciliação, Mediação e Arbitragem
João Paulo Moreschi
Comissão Especial de Defesa dos Credores Públicos
Jose Luis Aguiar Bojikian
Comissão de Direito Carcerário
Waldir Caldas Rodrigues

DIRETORIA

OAB/MT apresenta demandas ao próximo governador

Por sugestão do Colégio de Presidentes de Subseções realizado em Primavera do Leste, a diretoria da OAB/MT, juntamente com os presidentes das subseções e das comissões temáticas, esteve reunida com o governador eleito de Mato Grosso, Pedro Taques, no plenário da Seccional, na tarde desta sexta-feira (28 de novembro), e apresentou a ele algumas demandas a serem implementadas a partir do próximo ano.

Serviços judiciários - O primeiro item da pauta versou sobre melhorias dos serviços judiciários. O presidente da Ordem, Maurício Aude, ressaltou que "muito se ouve falar em falta de orçamento, além dos constantes reclamos de falta de juízes e servidores, problemas de estruturas físicas nos prédios dos fóruns, desrespeito das prerrogativas profissionais, dentre outros".

Pedro Taques disse que o Executivo é quem tem a chave do cofre e que sua gestão trabalhará com orçamento real, sempre repassando aos outros poderes o que for constitucionalmente previsto e permitido. "Tenho viajado por todo o Estado em virtude da campanha e aproveitei para conhecer um pouco da realidade de cada local. Já conversei com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando de Almeida Perri, e com o próximo presidente, desembargador Paulo da Cunha, e traçamos algumas pautas em que o Poder Executivo pode contribuir como, por exemplo, a criação de uma vara especializada em saúde e executivos fiscais", disse.

Advogados dativos - O segundo ponto discutido versou sobre a aprovação junto à Procuradoria-Geral do Estado da proposta de pagamento administrativo dos honorários para os advogados dativos e sua homologação. "A PGE nos apresentou uma minuta do projeto de lei para análise e queremos contar com o apoio do senhor para que seja aprovado", disse Maurício Aude ao senador Pedro Taques, o qual disse desconhecer o projeto, mas se comprometeu a estudá-lo.

Defensoria, Procuradoria e Taigs - Maurício Aude enfatizou ao senador a necessidade de melhor estruturar a Defensoria Pública, a Procuradoria-Geral do Estado e, em especial, a carreira dos técnicos da área instrumental do governo. Pedro Taques disse que já se reuniu com representantes da Defensoria e lastimou que o Estado de Mato Grosso conta com apenas 65 procuradores. "Isso é uma vergonha, o Estado não propõe as ações necessárias e organizaremos essa situação. Quero fazer com que a procuradoria tenha mais profissionais e disponha de uma estrutura física decente. Para isso, precisaremos de orçamento e é por isso que reduziremos secretarias, cargos comissionados, combateremos a corrupção, dentre outras ações".

Banda larga - Outra preocupação explanada pelo presidente da OAB/MT foi quanto à má prestação dos serviços das empresas de telefonia em todo o Estado. "O Processo Judicial Eletrônico está sendo implementado em todo o país e todos sabem que muitas cidades do interior de Mato Grosso não dispõem de banda larga suficiente para utilizar mais essa ferramenta. Esse é um dos problemas mais graves que também precisa ser solucionado", pontuou Maurício Aude. Pedro Taques frisou que sentiu essa dificuldade quando de suas viagens de campanha e disse ter algumas ideias sobre a possível diminuição de alíquotas visando à melhoria desse tipo de serviço.

Rodovias - As situações precárias das estradas de Mato Grosso também foram alvo de questionamentos por parte da OAB/MT e subseções, sendo que o senador informou que este ano foi aprovada uma lei que prevê a distribuição de 50% da arrecadação do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) aos municípios a partir de 2015 e que estudará as melhores maneiras de atuar nesse tema.

Sefaz - Maurício Aude disse ao senador Pedro Taques para que, assim que assumir o governo, dê uma atenção especial no sentido de agilizar os trâmites dos processos na Secretaria de Fazenda, principalmente no que diz respeito ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). O parlamentar reconheceu que a Sefaz está burocratizada e que sua equipe está pensando em reestruturar o sistema tributário estadual.

Obras da Copa, segurança, centros de ressocialização, combate às drogas e proteção das fronteiras - Quanto às obras da Copa, Pedro Taques registrou que todas serão auditadas e, sobre a segurança pública, frisou que o Estado precisa de cerca de mais 7 mil policiais militares, 150 delegados, dentre outras funções. No que tange à construção de centros de ressocialização, Pedro Taques antecipou que não há verba para tratar disso de imediato e, a respeito do combate às drogas e proteção das fronteiras, salientou que será necessária maior interlocução com o governo federal e com o Grupo Especial de Fronteiras (Gefron).

Perguntas - Ao final, os participantes puderam fazer perguntas a Pedro Taques. O primeiro deles foi o presidente da Comissão de Direito Carcerário, Waldir Caldas Rodrigues, que o questionou sobre a preocupação em unir as Secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Direitos Humanos. "Queremos aprofundar a discussão porque entendemos que elas precisam ser independentes administrativa e financeiramente", resumiu. O senador se colocou à disposição para tratar do assunto.

Em seguida, a vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino de Oliveira, solicitou apoio do senador no sentido de trazer a Mato Grosso verbas federais destinadas à construção das Casas da Mulher Brasileira, inaugurada inicialmente em Mato Grosso do Sul. "Além disso, precisamos construir, reformar ou ampliar as Delegacias da Mulher em todo o Estado", resumiu. Pedro Taques disse que em seu plano de governo existe um eixo chamado Viver Bem, o qual prevê o tratamento mais humano das mulheres.

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, registrou que está elaborando um relatório junto com as subseções com informações sobre os serviços de internet prestados no interior pelas empresas de telefonias e que pretende mostra-lo à equipe do próximo governo para estudarem as soluções para cada caso, o que foi aceito pelo parlamentar.

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Silvio Teles, expôs que é inadmissível um juiz de vara única atuar também na área eleitoral e, a presidente da Comissão de Direitos Humanos, Betsey Polistchuk de Miranda, o indagou sobre o que pensa da educação ser um dos fatores da diminuição da criminalidade. Pedro Taques respondeu que é favorável a um sistema de gestão baseado na prevenção e que "abrir uma escola é fechar uma penitenciária".

O presidente da Comissão de Saúde, Fábio Capilé, perguntou sobre o cumprimento de liminares por parte do Estado, além de outras questões envolvendo a saúde. O governador eleito informou que atualmente o Estado gasta cerca de R$ 70 milhões com o cumprimento de liminares e que adotará medidas efetivas para diminuir o valor e investir em outros pontos como o tratamento contra a tuberculose, câncer de próstata, leishmaniose, entre outras.

Por fim, o presidente da Comissão de Estudos Tributários, Darius Canavarros, pediu mais atenção ao Conselho de Contribuintes da Sefaz.

DIRETORIA

Tribunal concede prazo para contestação a pedido da OAB/MT

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, informa advogados e advogadas a edição da Resolução nº 02/2014 do TRT/MT que concede prazo para apresentar contestação e documentos em até 24 horas do dia útil seguinte à realização de audiências quando ocorrida a indisponibilidade do sistema PJe-JT.

"Esta demanda foi solicitada pela OAB-MT durante reunião do Comitê Gestor do PJe do TRT23 e aprovada a unanimidade pelos membros que compõem".

O documento considera a Resolução 136/2014 do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho que regulamenta o tratamento a ser dado em caso de indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico. O artigo 17 estabelece que o prazo será prorrogado para o dia útil seguinte quando a indisponibilidade for superior a 60 minutos, ininterruptos ou não, se contado em dia, e para as 24 horas do dia útil seguinte, se contado em horas ou minutos.

A Resolução nº 02/2014 do TRT/MT recomenda aos juízes do trabalho receberem a defesa (contestação e documentos) "até às 24 horas do dia útil seguinte à realização da audiência quando se caracterizar a indisponibilidade do sistema PJe-JT" e esclarece que a indisponibilidade que leva à prorrogação recomendada é aquela ocorrida entre 6h e 23h e superior a 60 minutos.

Audiências sem conciliação poderão ser redesignadas

A Presidência do TRT/MT, atendendo a novo pedido da OAB/MT, alterou a Portaria Conjunta TRT SECOR GP N. 009/2014 para facultar aos juízes a redesignação das audiências em que não houver conciliação durante a suspensão de prazos nos dias 14 a 20 de novembro por causa do problema de lentidão no Processo Judicial Eletrônico. O presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi, relatou que muitos advogados levavam muito tempo para juntar contestações nas audiências que já estavam agendadas. A portaria suspendeu a contagem dos prazos processuais na 2ª Instância, nas Varas do Trabalho e na Secretaria Judiciária e de Apoio à Execução e Solução de Conflitos no período. O desembargador presidente Edson Bueno resolveu "facultar ao magistrado, após a tentativa de conciliação, o adiamento da audiência, caso haja a impossibilidade de baixar ou visualizar os autos de processo eletrônico".

Os presidentes das Comissões de Direito do Trabalho e de Direito Eletrônico da OAB/MT, Marcos Avallone e Eduardo Manzeppi, enviaram ofício e se reuniram com o TRT/MT para buscar informações acerca da lentidão no PJe. "Recebemos muitas reclamações de advogados que estavam levando cerca de duas horas para juntar um documento". O TRT/MT emitiu nota técnica explicando que não houve indisponibilidade ou falha do sistema, porém houve crescimento no volume de dados gravados.

O juiz auxiliar da Presidência, Plínio Podolan, informou seria dobrado o link de comunicação até o final do ano. "A Coordenação Técnica do PJe-JT no Conselho Superior da Justiça do Trabalho recomendou a não utilização da versão 8 do Java, visto que a homologação da utilização do PJe-JT nesta versão ainda está em andamento. Até nova orientação, a recomendação é manter a versão 7 do Java nas estações de trabalho para uso do sistema PJe-JT".

Certidões - O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT tem acompanhado os problemas do Processo Judicial Eletrônico da Justiça Trabalhista e auxiliado a Tecnologia da Informação para a estabilização do sistema do TRT/MT. As certidões de indisponibilidade expedidas nos dias 24 e 25 de novembro que suspendem os prazos processuais foram feitas a pedido da Ordem.

O trabalho de análise e solução ainda está em andamento e somente finalizará com a regularidade do peticionamento. O advogado comunica que devido a instabilidade do PJe-JT, a OAB/MT protocolou ofício requerendo o recebimento de prazos em papel até a normalização do peticionamento eletrônico.

DIRETORIA

Comissão de Defesa de Honorários estimula advogados a usarem selos nas petições

A Seccional Mato Grosso disponibiliza a partir deste mês um encarte com selos da Campanha Nacional pela Dignidade dos Honorários com a mensagem "Honorários Dignos: uma questão de justiça". O selo desenvolvido pelo Conselho Federal da OAB com a logomarca da Seccional é distribuído gratuitamente aos advogados e advogadas de Mato Grosso por meio da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios para incentivá-los a utilizarem o material em suas peças processuais.

Conforme o presidente e o vice-presidente da CDHA, Adriano Carrelo e Matheus Cunha, a ideia é "colar o selo nas petições sempre que houver discussão de honorários alertando para a importância do reconhecimento desse direito dos profissionais da advocacia". Aqueles que desejarem, também podem procurar a instituição para retirar o material junto à administração da Ordem gratuitamente.

Defesa em processos - A Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios vem atuando de forma contundente na defesa dos profissionais que têm recebido sentenças com valores aviltantes, com a emissão de pareceres para embasar recursos nos quais a OAB/MT ingressa como assistente litisconsorcial.

Em vários processos houve reconhecimento do aviltamento por parte do Tribunal de Justiça ou da Turma Recursal Única com a majoração dos valores.

Os advogados que desejarem colaborar com o trabalho podem compor a comissão, bastando solicitar o ingresso ao presidente da Seccional. "Precisamos muito da colaboração dos colegas nesse trabalho, seja com a fiscalização de grandes escritórios que também oferecem valores ínfimos para trabalhos no estado, seja na defesa dos casos em que há falta de respeito por algumas autoridades judiciais ou na conscientização dos colegas que devem cobrar o mínimo considerado na tabela".

OAB/MT assegura a advogado direito de acessar autos

Por meio de mandado de segurança, a OAB/MT garantiu acesso aos autos do procedimento investigativo a advogado atuante em Cuiabá. Conforme a Turma de Câmaras Criminais Reunidas do TJMT, o ato violou direito previsto na Constituição Federal e prerrogativas contidas no Estatuto da Advocacia. A decisão questionada partiu da Vara Especializada Contra o Crime Organizado, Crimes Contra a Ordem Tributária e Econômica, Crimes Contra a Administração Pública da Comarca de Cuiabá. Com mandado de prisão em desfavor do cliente cumprido, o advogado Antônio Stefans juntou procuração e buscou extrair cópia dos autos, mas foi negado pela juíza Selma Arruda, a título de sigilo. A desembargadora Cleuci Terezinha Chagas apreciou a liminar em plantão e determinou a juntada da procuração e a liberação dos autos para vistas. A magistrada impetrada recusou cumprir argumentando que o advogado teria dado causa ao impedimento por ter apresentado a petição com os números do processo trocados.

Após distribuído o Mandado de Segurança nº 92194/2014, o desembargador relator, Rui Ramos, ressaltou que "o acesso aos autos pelo defensor constituído, com vistas ao exame de provas já concluídas em procedimentos de investigação, ainda que de caráter sigilosas, é um direito fundamental, assegurado pela Carta Magna". Ele alertou para o direito ao contraditório e à ampla defesa garantido pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e o artigo 7º, inciso XIV, da Lei Federal 8.906/94 que garante ao advogado livre acesso a autos de flagrante, inquérito e outros. A votação pela concessão do pedido da OAB/MT foi à unanimidade.

NOTÍCIAS

Codel requer soluções para problemas no PJE, PEA e Projudi

A OAB/MT, por meio da Comissão de Direito Eletrônico, requereu importantes providências quanto a problemas encontrados no Processo Judicial Eletrônico, no Portal Eletrônico do Advogado e no sistema do Projudi da Justiça Estadual. Três ofícios foram enviados ao presidente do TJMT em uma semana.

PJe – O primeiro pedido foi pela aprovação de um período de não obrigatoriedade do peticionamento eletrônico em mandados de segurança através do Processo Judicial Eletrônico (PJe) por 90 dias após a instalação ou data limite de experiência. Conforme o presidente da Codel, Eduardo Manzeppi, houve curto prazo de adaptação porque a implantação e treinamento dos profissionais foram iniciados no início de novembro e termina em dezembro. Argumenta que, com a necessidade de certificação digital e conhecimento de configurações de Java, a medida seria necessária para não causar problemas aos jurisdicionados, pois se tratam de garantias de urgência referentes a direito líquido e certo.

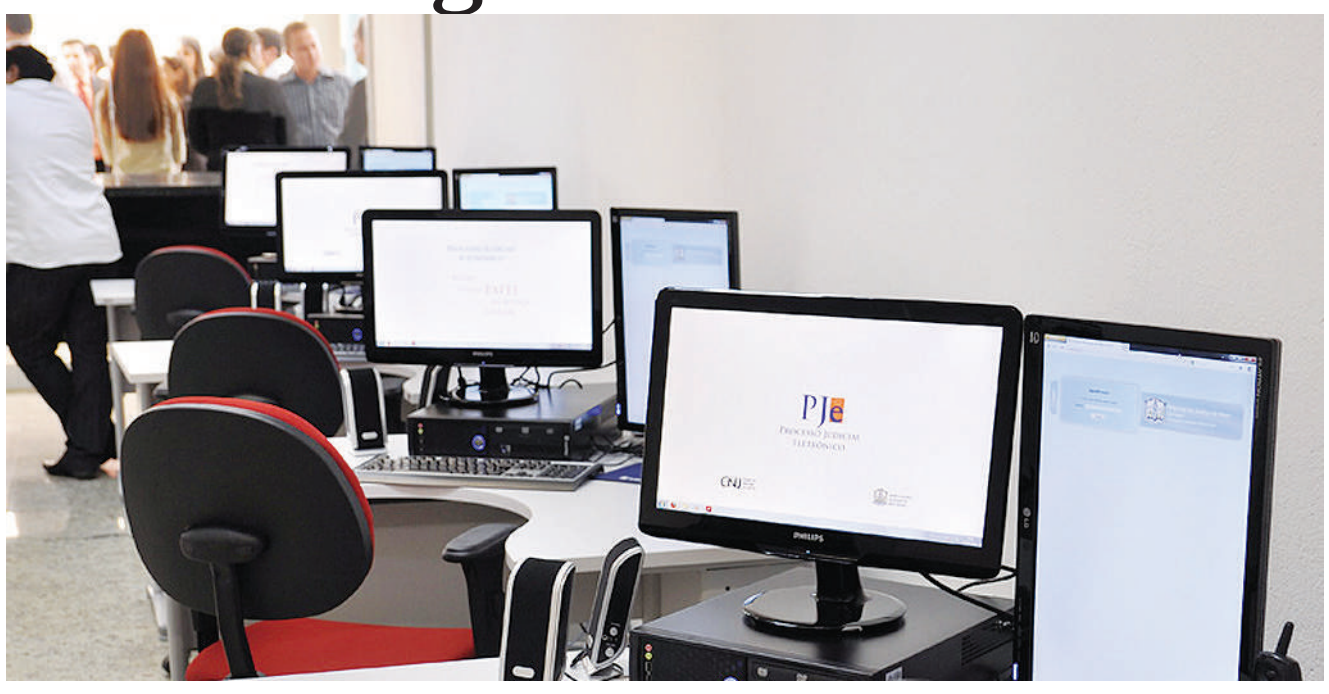
PEA – A OAB/MT e a Codel reivindicaram a correção de fluxo no módulo de Peticionamento Eletrônico em 2º Grau do Sistema PEA – Portal Eletrônico do Advogado.

De acordo com Eduardo Manzeppi, a ferramenta apresenta problemas e o objetivo é corrigi-la a fim de passar a aceitar a busca por código ou numeração única do recurso para o qual se deseja juntada de petição (exemplo: contrarrazões), assim como embargos, que não são encontrados na pesquisa, sendo necessário inserir os dados do principal (exemplo: apelação) com descrição em observações sobre o recurso acessório. Segundo o advogado, este problema de fluxo deverá ser resolvido nas próximas versões do sistema.

PROJUDI –Quanto ao Projudi, o pedido foi para se adotar medidas urgentes quanto às intimações já que o sistema instalado nos Juizados Especiais Cíveis está efetuando a leitura automática de intimações lançadas no painel com o simples acesso aos autos por nome ou número do processo sem que o advogado tome ciência para início de contagem de prazos. Na avaliação de Eduardo Manzeppi, o acesso deve ser bloqueado e somente liberado após tomada da decisão de ciência com abertura da intimação lançada, sob pena de causar prejuízos ao jurisdicionado e danos à advocacia.

Dezembro tem treinamento do PJe para advogados

Um treinamento sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe), na classe Mandado de Segurança é realizado no dia 11 de dezembro, das 8h às 12h, pelo TJMT para os advogados de forma gratuita na Escola dos Servidores do Poder Judiciário em Cuiabá. Outras comarcas receberam o treinamento desde novembro. O PJe será implantado por determinação do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 185/2013. Mais informações: (65) 3617-3227/3262.



Nova funcionalidade - O TJMT disponibilizou mais uma ferramenta para facilitar a vida do cidadão e dos advogados que utilizam os serviços dos Juizados Especiais. Trata-se da "Condenação de Custas e Taxas para os Juizados de Mato Grosso" que permite a emissão de documentos nos casos de condenações ao pagamento de custas processuais. Para emitir o documento basta acessar: www.tjmt.jus.br em "Outros Serviços – Guias – Juizado Especial". A nova funcionalidade permite que os advogados e partes condenados ao pagamento de custas possam emitir as guias com mais rapidez. "Antes as guias eram emitidas pelo campo 'Recurso Inominado', que é o pagamento para impetrar um recurso às Turmas Recursais Reunidas. Agora existe um campo específico, como nome correto, que facilita às partes encontrarem o que querem", explicou Mirian Batista, chefe da Divisão de Arrecadação e Fiscalização do Foro Judicial.

NOTÍCIAS

TDP pede providências para assegurar integridade de advogado ameaçado

O Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/MT encaminhou ofício ao secretário de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, para pedir providências para salvaguardar a vida e a integridade física de um advogado ameaçado de morte em Alta Araguaia (421 Km de Cuiabá). Alcir Oliveira da Silva procurou o presidente da Seccional, Maurício Aude, que remeteu o caso com a máxima urgência ao presidente do TDP, Luiz da Penha. O advogado é assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Araguaia e soube pela presidente do referido sindicato, Marleida Vieira, que estaria com "data marcada para morrer em 30 dias". A ameaça teria partido de um homem que falava em nome de grandes empresas denunciadas por descumprirem normas trabalhistas na região.

Ele explicou que havia um impasse jurídico referente à lei que criou linha de transporte regular para atender uma empresa empregadora.

Também consta da denúncia ausência de banheiros químicos para os trabalhadores rurais, espaço de convivência, "jornada excessiva, pagamentos por fora, cartão de ponto batidos por terceiros, alimentação em local inadequado, fornecimento irregular de IPI's, dentre outros".

Assim, o TDP solicitou à Secretaria de Segurança Pública "especial atenção no sentido de determinar a apuração urgente dos fatos, bem como, adotar medidas objetivando a segurança do requerente".

Presidentes de Subseções entregam Carta Aberta ao Conselho Federal

Os presidentes de Subseções da OAB/MT entregaram à diretoria da Ordem uma "Carta Aberta ao Conselho Federal da OAB" com importantes demandas relacionadas às recentes denúncias de abuso de poder, corrupção e atos praticados por entes públicos que consideram "atentados à Soberania do Brasil", solicitando providências urgentes por parte da Ordem como instituição defensora do Estado Democrático de Direito. O presidente da Seccional, Maurício Aude, remeteu o documento ao conselheiro federal pela OAB/MT Cláudio Stábile Ribeiro para entregá-lo pessoalmente ao presidente da OAB nacional, Marcus Vinícius Furtado Coelho.

Na carta, os advogados pontuam recentes denúncias e pedem a atuação do Conselho Federal da OAB, tais como a construção do Porto de Mariel em Cuba, "construído com dinheiro brasileiro, por meio de financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) sem nenhuma transparência, pois é tratado como secreto", questionando que se o real devedor não pagar o prejuízo, este será suportado pelo contribuinte brasileiro.

Acerca do Decreto nº 8.243, assinado pela presidente da República em maio de 2014, argumentam que, apesar de já derrubado na Câmara dos Deputados, há a preocupação de que o Senado mantenha o texto na ordem do dia ou que haja novas tentativas de um novo decreto. A questão atinente ao porto e à discussão sobre o decreto já haviam sido alvos de atuação da Seccional da OAB/MT nesta gestão, quando a diretoria pediu ao Conselho Federal que atuasse em ambas as frentes.

Quanto ao aparelhamento das empresas públicas, estatais e de economia mista, destacam o caso da Petrobrás, "onde todos os dias aparecem mais fatos com indícios veementes de corrupção e prevaricação, conforme noticiado pela imprensa". Pedem ainda que seja cobrada a investigação da denúncia de suposto uso de servidores dos Correios durante o processo eleitoral. "Cabe à OAB vigiar aqueles que vigiam a coisa pública, eis que tais desmandos somente foram possíveis porque o governo federal deixou de cumprir o sagrado dever de cuidar dos bens do povo brasileiro. Note-se que os envolvidos neste escândalo são de livre nomeação do Executivo Federal", pontuaram.

Outra denúncia apontada pelos presidentes de subseções da OAB/MT foi quanto à contratação de médicos cubanos para o Programa Mais Médicos sem as devidas condições trabalhistas da legislação brasileira, o que, para eles, seria uma forma de institucionalizar "o trabalho escravo ao pagar ao referido profissional 10% de sua legítima remuneração. Ora, se o médico cubano, após receber sua remuneração, quiser doar 50%, 70% ou 100% do que recebe ao Estado Cubano, isto é problema dele". Ao final, defenderam a reforma política a ser feita pelo Congresso Nacional mediante um amplo debate com a sociedade, demonstrando preocupação com a tentativa do que chamaram de "manobra política" diante da proposta da presidente da república em realizar um plebiscito. Para os advogados, o Conselho Federal da OAB deve cobrar respostas e providências das autoridades federais na defesa da ordem jurídica e dos direitos da cidadania.

"Deve a OAB combater os subterfúgios que tornam secretos assuntos que são de interesse de toda a coletividade, bem como a dissimulação corrente e o uso sistemático da propagando ideológica", pontuaram.

NOTÍCIAS

OAB/MT adere ao manifesto por mudanças no TCE/MT

A diretoria da OAB/MT assinou o manifesto público elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Contas do Estado (Sinttcontas) e outros sindicatos e associações para pedir mudanças na escolha do candidato ao cargo de Conselheiro do TCE/MT. O documento foi protocolizado na Assembleia Legislativa. O presidente da Seccional, Maurício Aude, destacou que os princípios da administração pública garantidos pela Constituição Federal, em especial, os da transparência, publicidade e moralidade, devem ser cumpridos no âmbito do referido Tribunal e que há anos a sociedade espera um procedimento diferenciado para a escolha dos conselheiros.

Os servidores em assembleia discutiram também a realização de um grande protesto "pela ficha limpa no TCE em defesa da sociedade". O movimento foi deflagrado depois da notícia da possível aposentadoria do conselheiro Humberto Bosaipo, que está suspensa por decisão judicial, e de que o suplente de deputado estadual, Gilmar Fabris (PSD) seria o indicado para o cargo. Pesam sobre Fabris acusações em processo por desvio de dinheiro público. E Bosaipo é acusado de peculato e lavagem de dinheiro no período em que atuava como deputado estadual. Ele foi nomeado conselheiro do TCE após indicação da Assembleia Legislativa, mas foi afastado do cargo pela Justiça mais de uma vez por conta das suspeitas. Ele chegou a encaminhar pedido de aposentadoria, mas o Ministério Público moveu Ação Civil Pública alegando que o conselheiro responde a vários processos por ato de improbidade administrativa e condenações que podem levar à perda do cargo.

O manifesto assinado pela OAB/MT, Sindicatos e Associações conclama as autoridades do Estado a respeitar as exigências constitucionais para a escolha do novo Conselheiro, considerando ser indispensável um processo público e transparente, comprovação documental que demonstra notório conhecimento do candidato em matéria jurídica, contábil e financeira ou de administração e a exigência de que não exista fato que comprometa a idoneidade moral.

Confira os telepresenciais para dezembro

Curso: Jurisprudência penal: debate sobre as decisões penais no Brasil
1º a 04/12 - 18h às 20h - Coordenação: Marina Pinhão Coelho Araújo

1º/12 (2ªf) - Roubo e tráfico de drogas. Jurisprudência do TJSP e as decisões dos tribunais superiores - Prisão preventiva.- Aplicação de pena em regime diferente do fechado.- Progressão de regime.
Alamiro Velludo Neto/Augusto Arruda Botelho/ Presidente de mesa: Helena Regina Lobo da Costa

2/12 (3ªf) - Crimes do colarinho branco. Questões controversas.- Medidas cautelares de indisponibilidade de bens.- Escutas telefônicas.- Nulidades processuais. Prejuízo x interesse do Estado. Eficácia da persecução.
Marcelo Cavalli/ Antonio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo/Luciano Feldens/Presidente de mesa: Marina Pinhão Coelho Araújo

3/12 (4ªf) – Justa causa na jurisprudência brasileira.
Alberto Zacharias Toron/Flávia Rahal/Gustavo Henrique Ivanhy Badaró/Presidente de mesa: Daniel Zaclis

4/12 (5ªf) - A crise de racionalidade nas decisões penais no Brasil.
Miguel Reale Junior

Curso: Desconsideração da personalidade jurídica: aspectos de direito material e de direito processual, à luz do CPC vigente e do projeto do novo CPC
9/12 - 18h às 20h - Coordenação: Associação dos Advogados de são Paulo (AASP)
Programa - Heitor Vitor Mendonça Sica

Curso: Prisão cautelar: aspectos polêmicos
10/12 - 18h às 20h – Coordenação: Eduardo Lemos Barbosa
Rafael Braude Canterii

Curso: Alteração do regime de bens no casamento e na união estável
11/12 18h às 20h – Coordenação: Eduardo Lemos Barbosa
Conrado Paulino da Rosa

Curso: Aspectos atuais e controvertidos da execução civil
15 a 18/12 - 18h às 20h – Coordenação: Rodrigo Barioni

15/12 – (2ªf) - Questões polêmicas sobre penhora e expropriação de bens.
Luís Guilherme Aidar Bondioli

16/12 – (3ªf) - Defesas do executado
Rodrigo Barioni

17/12 – (4ªf) - Atualidades sobre a execução trabalhista.
Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro

18/12 – (5ª) - Presente e futuro dos meios de execução extrajudicial.
Flávia Pereira Ribeiro

ESAMT
Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso

CAA/MT

Em blitz, CAA/MT imuniza profissionais do Direito e serventuários da Justiça

Além de massificar informações importantes sobre a prevenção ao câncer de próstata, o mês de novembro está sendo, para a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), um período de intensificação da campanha de imunização contra a gripe H1N1. Em seis blitze, 650 doses contra a doença foram aplicadas.

"Unimos as duas ações de saúde com o propósito de beneficiarmos um número maior de advogados e estagiários inscritos na OAB/MT. De forma inédita, estendemos o serviço aos advogados públicos e colaboradores dos escritórios de advocacia e, em atendimento a um pedido do TJMT, aos servidores daquela Casa", informa o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos.

Ele lembrou que a eficiência dessa ação é um reflexo da nova forma de abordagem adotada pela entidade. "Desde 2013, diversos trabalhos nossos são desenvolvidos nos escritórios de advocacia, tornando mais acessível, ao profissional do Direito, nossos benefícios".

Nos diversos locais pelos quais passou em Várzea Grande e Cuiabá, a equipe da CAA/MT foi bastante elogiada. "Importante esse contato porque é uma forma de estarmos sempre informados sobre os serviços da Caixa de Assistência. Louvável essa ação de estar vindo aos escritórios", relata o advogado Jorge Jaudy, do escritório Spadoni e Jaudy.

O procurador-geral de Cuiabá, Rogério Gallo, aprovou a iniciativa da CAA/MT. "A Caixa de Assistência está de parabéns por trazer serviços in loco aos procuradores e assessores desta pasta porque, muitas vezes, o advogado público esquece que também pode e deve se sentir parte da OAB".

A ação de imunização contra a gripe H1N1 foi realizada nos fóruns de Várzea Grande e Cuiabá; escritórios de advocacia localizados no bairro Santa Rosa e no edifício Palácio do Comércio, em Cuiabá; e Escola dos Magistrados do TJMT. Essa é uma campanha da OAB Nacional que, desde junho deste ano, realiza, por meio das Caixas de Assistência dos Advogados da Federação, a imunização dos profissionais do Direito.

Agências de turismo e hotéis oferecem descontos para advogados(as) e estagiários(as)

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) possui uma ampla rede de agências de turismo e de hotéis conveniada que oferece descontos e condições especiais de pagamento. Os percentuais de redução incidem sobre passagens, hospedagens e pacotes turísticos.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que, atualmente, a entidade possui cerca de 1.000 parcerias celebradas com empresas e prestadores de serviços de Mato Grosso e outros estados da Federação de vários segmentos.

"Dessa forma, fortalecemos nosso Programa Anuidade Zero que tem o objetivo de restituir o valor da anuidade profissional por meio da somatória dos descontos fornecidos pelos convênios".

Para ser beneficiado com essas vantagens, o profissional do Direito deve apresentar a Carteira da Ordem quando solicitado pela empresa conveniada. É importante destacar que todos os benefícios são extensivos aos dependentes dos advogados e estagiários inscritos na OAB.

SAIBA MAIS - A relação completa e atualizada dos convênios está disponível no site www.caamt.com.br .

CAA/MT

CAA/MT já restituiu cerca de R$ 85 mil de anuidade por meio do Auxílio Maternidade

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) já restituiu a anuidade a cerca de 120 advogadas que deram à luz este ano. De janeiro até a primeira quinzena de novembro, foram pagos 117 Auxílios Maternidade para advogadas adimplentes com a OAB/MT.

Benefício integrante do Programa Anuidade Zero, o Auxílio Maternidade foi instituído, de maneira inédita, pela atual gestão, em 2011. Ao todo, o programa restituiu, integralmente, a anuidade a 426 advogadas.

"A nossa Caixa de Assistência é a primeira do Brasil a implantar esse auxílio. Além disso, temos um dos mais desburocratizados sistemas para o requerimento do benefício. Enquanto em diversas CAAs há uma investigação socioeconômica; aqui, para ser beneficiada, a advogada deve estar adimplente com a Ordem e apresentar fotocópias simples da sua carteira da OAB e certidão de nascimento da criança", informa o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos.

A facilidade na solicitação é um fator positivo apontado pela advogada Mara Mone Soares Furim, de Alta Floresta. Beneficiada há poucos dias, ela conta não ter tido qualquer problema para requerer o Auxílio Maternidade. "Tudo muito rápido e simples. Até assustei quando recebi o telefonema dizendo que o pagamento já seria realizado". O Auxílio Maternidade foi entregue pela Delegada da CAA/MT Alta Floresta, Márcia de Oliveira Alberti, na sede da Subseção da OAB.

SERVIÇO: O requerimento para o Auxílio Maternidade está disponível no site www.caamt.com.br. Mais informações: (65) 3644-1006 / 3644-1374.

CAA/MT leva palestras para o interior do estado

Nova Xavantina, Canarana, Água Boa e Lucas do Rio Verde foram as Subseções da OAB/MT que receberam, em novembro, palestras promovidas pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Foram parceiras dessa ação a Escola Superior de Advocacia (ESA/MT), as Comissões Temáticas da OAB/MT e as Subseções da Ordem.

Dezenas de profissionais da advocacia e acadêmicos de Direito participaram das discussões sobre os seguintes assuntos: Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Inovações Recursais no Processo Trabalhista. Este foi ministrado pelo ex-presidente da OAB/MT, Francisco Anis Faiad; aquela pelo presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi.

"A palestra foi bastante elogiada pelos advogados que aproveitaram a oportunidade para tirar dúvidas", avalia a presidente da OAB/Nova Xavantina, Katrice Pereira da Silva. Ela conta que profissionais do município vizinho de Campinápolis também participaram do evento. Opinião semelhante têm os dirigentes das OABs de Água Boa e Canarana. "A palestra foi muito proveitosa", completa o Delegado da CAA/MT em Canarana, Sérgio Renz.

O presidente da CAA/MT e coordenador das Comissões Temáticas da OAB/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que a entidade, além da prestação de serviços voltados à saúde e bem-estar, sempre é parceria da OAB/MT, ESA/MT e Subseções em atividades direcionadas à qualificação profissional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – Leonardo Pio da Silva Campos, durante a visita às Subseções fez um balanço das ações desenvolvidas tanto pela CAA/MT quanto pelas Comissões Temáticas da Ordem (nestas ele exerce a função de coordenador).

Agendas jurídicas 2015 já estão à venda

As agendas jurídicas 2015 estão sendo comercializadas ao valor de R$ 30 (Cuiabá e interior). As unidades estão à venda na sede da CAA/MT e nas salas da OAB/MT localizadas no TRT-MT, Fórum Cível e Criminal de Cuiabá, Juizados Especiais (Maruanã) e Justiça Federal.

Os profissionais do Direito poderão, ainda, comprar seu exemplar no Estacionamento dos Advogados (próximo ao Fórum) e Centro de Saúde dos Advogados (próximo ao Hospital São Mateus). No interior do Estado, as vendas são feitas nas sedes das Subseções.

Como nos anos anteriores, a CAA/MT disponibiliza dois tamanhos de agendas: 14x20 cm e 16x23cm.

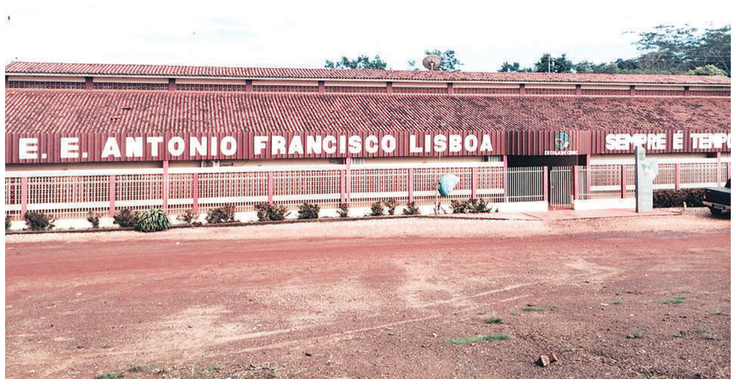
Todas as unidades possuem informações sobre a Seccional e Subseções; Comarcas do TJMT; locais específicos para anotações de audiências, números de processos e acompanhamentos de ações; principais prazos; agenda telefônica; guia contendo o vocabulário jurídico e expressões latinas.

Presidente da OAB/Juína fala a estudantes

O presidente da OAB de Juína, Oswaldo Lopes de Souza, que fez o primeiro júri da comarca, fez palestra aos alunos que visitara a subseção e o fórum no projeto "A Escola vem à OAB/MT". Os estudantes da Escola Ana Neri aprenderam a função do advogado no tribunal do júri. No fórum, os alunos foram recebidos pela juíza diretora Cristiane Padim, conheceram o gabinete do juiz da Vara Criminal, Wagner Plaza, o promotor de justiça. Também visitaram a Câmara Municipal e foram recebidos pelos vereadores Ailton Neguinho Oliveira, Daniel Ebenezer e Nadia Teixeira.

OAB/MT vai à escola - Durante dois dias, advogados e advogadas de Cuiabá e de Juína ministraram palestras em escolas no projeto "OAB/MT vai à Escola". Cerca de 100 alunos assistiram palestras sobre jovem aprendiz, com a vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino; sobre a história da OAB/MT, com o historiador Maurim Rodrigues e sobre prevenção a drogas com o advogado Antônio Valdenir Caliare, na Escola do Campo Antônio Francisco Lisboa, que engloba 17 comunidades rurais. Antonio Caliare ficou muito honrado porque estudou na unidade escolar quando ainda era de madeira e depois foi professor no local. Foram 24 anos de magistério e há cinco anos é advogado.

Os profissionais estiveram na Escola Ezequiel Ramim e falaram a diferentes turmas. Cláudia Aquino falou sobre "Menor aprendiz"; Gilmar Souza, sobre "Sistema eleitoral e consequências de votos nulos e em branco"; Antônio Caliari e Kelli Helatczuk falaram sobre "Lei de drogas e lei seca"; Cristovão Moura sobre a "Profissão do advogado"; Cícero da Silva, sobre "Violência Doméstica – respeito à mulher"; Eder Hermes abordou "Mídia Social" e Janaína Almeida, "Código de Defesa do Consumidor".



Advogados contam história de Juína no OAB/MT 80 anos

A abertura da 17ª circulação do OAB/MT 80 Anos em Juína, foi marcada pela presença do fundador da cidade, o engenheiro civil Hilton Campos, que contou um pouco da história da criação do município. A vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino, presidiu a solenidade. O presidente da OAB de Juína, Oswaldo Lopes de Souza, e a conselheira estadual e ex-presidente da Subseção, Selma Pinto Guimarães, relataram as conquistas da OAB/Juína em prol da advocacia da região. O evento contou com a exposição de documentos e imagens históricas da OAB/MT e da Subseção, com a palestra do professor e historiador Maurim Rodrigues. Também estava presente a juíza diretora do Foro, Cristiane Padim da Silva, advogados da região e autoridades.

Encontro Jurídico - Na mesma noite foi realizado o "Encontro Jurídico" na Faculdade AGES em parceria com a ESA/MT, a OAB/MT e a CAA/MT, com o presidente da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem, João Paulo Moreschi. Ele falou sobre "O mercado de trabalho para o jovem advogado frente aos novos paradigmas do direito" a um público de mais de 400 acadêmicos.

OAB/MT 80 ANOS

Avanços são registrados na Carta do OAB/MT Mulher de Juína

A Carta do OAB/MT Mulher foi elaborada na OAB de Juína como parte das ações do OAB/MT 80 anos com alguns avanços. Dentre as definições, a plenária manifestou aprovação quanto ao objetivo de recomendar a reativação da Comissão do Direito da Mulher na subseção local. Outra meta expressa no documento prevê a luta pela criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher em Juína, Juruena, Cotriguaçu, Aripuanã, Colniza, Castanheira, Vale do Juruena e outras cidades da região onde não houver o órgão; e onde existir o referido conselho buscarão garantir assento destinado à Ordem. No documento ficou aprovada, ainda, a moção de aplausos como expressão de repúdio aos recentes atos de violência contra mulheres, ocorridos em Pontes e Lacerda com repercussão nacional nas redes sociais.

Políticas públicas são debatidas com mulheres do meio rural

A advogada Isamara de Lima, que representa a OAB de Sorriso no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, participou de conversa com mulheres do meio rural. A presidente do Conselho, Heloísa Volpato, e a advogada prestaram importantes informações às integrantes da Associação Produtiva Mulheres da Poranga, do Assentamento Jonas Pinheiro em Sorriso. A ação também foi parte do grupo de Políticas Públicas do projeto OAB/MT Mulher, no qual Isamara de Lima é membro. Dentre os temas estavam o empoderamento da mulher; a capacidade de resiliência das pacientes de câncer; direitos das pessoas com câncer e outros. “Fortaleceu-se o comprometimento do Conselho Municipal e da OAB Mulher na realização de cursos visando o desempenho do potencial das mulheres no meio rural”. A vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino, explicou que “um dos objetivos é a participação ativa de representantes da OAB/MT nos Conselhos Municipais da Mulher. Desta forma, estaremos colaborando na construção de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, inclusive do meio rural”.

Dia Internacional - O projeto OAB/MT Mulher e a Subseção de Sorriso participaram da execução do projeto “Troque a violência pela violeta”, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM/Sorriso) no dia 25 de novembro, lembrado mundialmente porque em 1960 ocorreu o maior ato de violência já cometido contra mulheres com a morte das irmãs Dominicanas Pátria, Minerva e Maria Teresa, que lutavam pela solução de problemas sociais do país. Na programação houve palestras, caminhada, apresentações culturais e o evento encerrou-se com explanação da vice-presidente da OAB/MT sobre “Empoderamento da Mulher”.

OAB/MT Cidadania atende mais de 740 pessoas

Mais de 740 atendimentos foram registrados em um dia de prestação de serviços gratuitos à população na Praça da Bíblia em Juína durante o OAB/MT Cidadania. A programação foi parte da circulação do OAB/MT 80 anos na Subseção. Entre os diversos parceiros estavam o TRT23ª Região, a Justiça Estadual, Justiça Federal, Prefeitura Municipal, Faculdades AGES, Indea/MT, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e muitos outros. “Nossos agradecimentos a todos os parceiros, ao presidente da Subseção Oswaldo Lopes de Souza e sua diretoria e colegas pelo apoio e dedicação”, pontuou a vice-presidente da OAB/MT e coordenadora do Comitê Gestor do projeto, Cláudia Aquino de Oliveira.

O TRT de Mato Grosso levou informações educativas e ações sociais, distribuiu camisetas e bonés, folders e cartilhas orientativas, muitas em formato de gibis abordando o direito dos trabalhadores, prevenção de acidentes e trabalho infantil. As crianças conheceram o jogo “Construir com Segurança”, produzido pelo SESI Mato Grosso que, de forma lúdica, aborda conceitos básicos de segurança no trabalho e respeito às normas de prevenção de acidentes de forma descontraída e atrativa.

Advogados recebem homenagens no último dia de circulação

Homenagens à OAB/MT, à OAB/Juína e aos ex-presidentes da Subseção marcaram o encerramento da circulação do OAB/MT 80 anos com a presença do presidente da Seccional, Maurício Aude, a vice-presidente Cláudia Aquino, o presidente da OAB/Juína, Oswaldo Lopes, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Luiz da Penha, o presidente da Comissão de Saúde, Fábio Capilé, a conselheira estadual Selma Arruda, advogados e autoridades.

No ato foi assinado um termo de acordo entre a Ordem e a Diretoria do Foro da Comarca para oferecer curso de capacitação em mediação aos advogados. Os ex-presidentes que receberam homenagens foram Marcondes Sartor, Selma Pinto de Arruda Guimarães e José Antônio Pilegi Rodrigues. Na Câmara de Vereadores foi feita uma moção de aplausos proposta pela vereadora Salete Bergamin entregue ao presidente da OAB/Juína. Oswaldo Lopes ressaltou que diante das homenagens prestadas pela Casa Legislativa e pela OAB/MT, sente-se cada vez mais motivado a trabalhar em prol da classe.

Maurício Aude falou das conquistas que a Seccional tem conseguido em prol da advocacia, entre elas a defesa dos honorários dos advogados públicos e dos que atuam na área trabalhista; a denúncia de grandes escritórios que oferecem valores ínfimos a título de honorários; a assistência litisconsorcial da Ordem em grau recursal na defesa de profissionais para reformar sentenças que estipulem valores ínfimos, além de outras medidas judiciais tomadas em defesa de prerrogativas.

OAB/MT 80 ANOS

Comitê Gestor e OAB/Colíder iniciam preparativos para circulação

A vice-presidente da OAB/MT e coordenadora do Comitê Gestor da OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino, e o advogado especialista em mídias sociais Mário Olímpio Filho, se reuniram com a diretoria da OAB/Colíder para tratar da circulação do projeto OAB/MT 80 Anos. Cláudia Aquino informou como são concretizadas as circulações que movimentam as cidades. O conselheiro estadual Wilson Roberto Maciel também participou.

A circulação acontecerá nos dias 9 a 11 de dezembro com palestras e atividades direcionadas à sociedade e aos alunos dos ensinos médio e fundamental das escolas públicas da cidade de Colíder, além da divulgação dos projetos que vem sendo realizados pela OAB/MT. Para a diretoria da OAB/Colíder, o evento vai "interiorizar cada vez mais a instituição e oferecer mais serviços à sociedade por meio da dedicação e empenho de advogados e advogadas e voluntários, no intuito de fazer o melhor juntamente com todos os parceiros".

Advogado deve ter amplo acesso na Sema

As diretorias do Tribunal de Defesa das Prerrogativas e da Comissão de Meio Ambiente (CMA) se reuniram com o secretário da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para tratar do atendimento à advocacia no órgão. Participaram o presidente do TDP, Luiz da Penha; da CDA, Luiz Alfeu Ramos, e os membros Cesar Augusto Junior, Daiane Schmidt, o advogado Pedro dos Santos, o secretário José Lacerda e sua equipe. Luiz da Penha registrou que após a elaboração conjunta de uma instrução normativa entre OAB/MT e Sema, os atendimentos estavam sendo respeitados, "mas que os advogados passaram a ser obstruídos. Estamos recebendo muitas reclamações de colegas que sequer passam da recepção, sem contar as longas filas".

O presidente da CDA, Luiz Alfeu, enfatizou que a comissão "é favorável ao atendimento agendado previamente por ser uma ferramenta útil ao advogado, mas que também é primordial garantir o amplo acesso, pois sempre haverá processos urgentes. Um exemplo: se um cliente agenda o atendimento e não pode comparecer e seu advogado se desloca até a Sema para resolver a situação, não pode ser atendido em razão do agendamento não ter sido feito em seu nome. O que queremos é simplesmente acabar com essa burocracia, que se cumpre a lei".

O secretário de Meio Ambiente, José Lacerda, disse que estão "implementando um novo sistema de atendimento e de treinamento de pessoal para ouvir e orientar os usuários da Sema". Ao final, o superintendente de relacionamento e atendimento ao cidadão, Pedro Borges, deixou telefones e e-mail à disposição dos advogados para eventuais dúvidas, quais sejam: (65) 3645-4514/4515/ 4516/4517 e 8459-4591 e atendimentoaocidadao @sema.mt.gov.br.

"Troque a violência pela violeta" é realizado em Sorriso

A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino de Oliveira, falou sobre empoderamento da mulher na programação do "Troque a violência pela violeta", em Sorriso, elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com apoio da Seccional, por meio do projeto OAB/MT Mulher, da OAB/Sorriso, Prefeitura, Creas, Câmara de Vereadores, Fraternidade Feminina e Associação de Senhoras de Rotarianos. Também participaram a presidente da Comissão de Direito da Mulher da OAB/Sinop, Andreia Varea; a representante da OAB/Sorriso no Conselho, Isamara Andrade; e outras autoridades. O comércio distribuiu mais de mil violetas aos clientes explicando o significado. Cláudia Aquino explicou que "a ideia do tema do projeto 'Troque a Violência pela Violeta' foi do advogado, presidente da Comissão de Defesa das Prerrogativas de Sorriso e coordenador do curso de Direito da Unic de Sorriso Fernando Mascarello. Daí a importância dos homens aderirem à ideia conforme temos falado no projeto OAB/MT Mulher. Precisamos dessa parceria porque a violência, em geral, é perpetrada por homens". O delegado Tiago Damasceno contou que, nas 24 horas anteriores, recebeu três denúncias de violência contra a mulher.

Alunos escolas públicas e privadas de Sorriso participaram de palestra sobre "Redes e Mídias Sociais na Internet: Espaço de Vivência", com o advogado e produtor cultural, Mario Olímpio Filho, foi realizada a "1º Caminhada Troque a Violência pela Violeta", o "1º Workshop Troque a violência pela violeta", e apresentação do grupo teatral Artaude. Do evento, resultou uma nota repúdio contra a violência doméstica.

ESA/MT

OAB/MT pede cumprimento do Estatuto a advogados públicos federais

A OAB/MT sediou em novembro reuniões de advogados públicos federais com os presidentes da Seccional, Maurício Aude, das Comissões de Defesa dos Honorários Advocatícios e do Advogado Público, Adriano Carrelo e Alexandre Callejas. O presidente da OAB/MT pediu aos procuradores federais que fizessem gestões junto às suas repartições a fim de se respeitar o Estatuto da Advocacia. “Advogados privados são impedidos de fazer cargas rápidas de autos, cópias, vistas, dentre outras. As prerrogativas de todos precisam ser respeitadas e, assim como apoiamos as reivindicações de vocês, queremos que amparem nosso pleito”. Maurício Aude informou que o conselheiro federal pela OAB/MT, Cláudio Stábile, está à disposição dos procuradores federais para ouvir as demandas e levá-las à OAB para atuar junto ao Congresso Nacional.

Adriano Carrelo fez uma explanação dos trabalhos e das conquistas da comissão, sobretudo no que diz respeito ao combate ao aviltamento de honorários e convidou os advogados públicos a comporem a CDHA. Alexandre Callejas enfatizou que conhece a realidade vivida pelos procuradores federais, porque é procurador do Estado. Destacou que é necessário lutar para conquistar os objetivos almejados.

Mobilização - Os problemas enfrentados pelos advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores federais e procuradores do Banco Central do Brasil foram motivos de ato público no Congresso Nacional, em Brasília. Dentre as principais reivindicações das categorias estão a aprovação para autonomia da Advocacia Pública (Proposta de Emenda Constitucional nº 82/2007) e honorários de sucumbência para a referida classe profissional (Projeto do Novo Código de Processo Civil). Antes da mobilização e da reunião, o presidente da OAB/MT, Maurício Aude, e o secretário-geral, Daniel Teixeira, receberam os procuradores federais por Mato Grosso Lilian Chaves, Luciana Zandonadi, Renato Jardim e Daniel Filizola.

Intimação via “Whatsapp” gera manifestação

A OAB/MT requereu junto à Corregedoria-Geral da Justiça medidas urgentes a fim de coibir os oficiais de justiça do Estado de utilizarem o aplicativo “Whatsapp” nas citações/intimações de advogados e advogadas. O fato ocorreu em Cuiabá e, de acordo com o presidente da Ordem, Maurício Aude, a ação praticada pelo servidor do Judiciário, “além de não encontrar o devido respaldo legal, não goza de segurança jurídica necessária para o ato, acarretando, assim, a nulidade dos atos processuais”. As formas de citação/intimação devem seguir o disposto no Código de Processo Civil, especialmente na Seção III – Das Citações – e Seção IV – Das Intimações.

CDT orienta população na Praça

Membros da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/MT prestaram orientações jurídicas às pessoas que passavam pela Praça Alencastro, em Cuiabá. Essa foi a segunda ação no ano. O presidente da CDT, Marcos Avallone, informou que a iniciativa foi mostrar aos patrões e funcionários a importância de se cumprir a legislação trabalhista. “Atendi um senhor que se apresentou como presidente d associação de moradores de um bairro que contratou empregada, sem carteira assinada, para ser secretária. Ora, eu disse a ele que está descumprindo a lei e sugeri o que deve ser feito nesse caso”.

Estiveram na praça os advogados Marcos Avallone, Andreia Cristina Noite Izabel, Felipe Cardoso de Souza Higa, Nelio knihs, Marcelo Ambrosio Cintra, e Thatiana Rabelo Mesquita Theodoro. No final da manhã, com a troca de turno, também fizem atendimento os advogados Elisângela Del Nery, Débora Nahime, Luiz Giroldo e Roxania Avallone.

ESA/MT

Desafios do licenciamento ambiental são debatidos na OAB/MT

Importantes alterações nos procedimentos de licenciamento ambiental estão sendo debatidos na OAB/MT no 10º Seminário Nacional de Meio Ambiente. Estavam presentes o presidente da Comissão de mesmo tema, Luiz Alfeu Ramos; a vice-presidente, Mauren Lazzaretti; o diretor da ESA/MT, Dejango Campos; o procurador de Justiça, Luis Alberto Scaloppe; o secretário-adjunto de Mudanças Climáticas da Sema/MT, Wilson Taques; e a superintendente da Anoreg/MT, Anete Ribeiro.

Luiz Alfeu ressaltou que a escolha do tema se deu diante dos desafios que surgiram desde 2011 com a promulgação da Lei Complementar 140 e em 2013 quando houve novas normas do Consema. “A falta de material humano torna os processos intermináveis. Assim, decidimos debater os desafios enfrentados na área por meio dos temas deste seminário”.

A palestra de abertura foi “Direitos do empreendedor em face do licenciamento ambiental”, ministrada por Celso Antônio Pacheco Fiorillo. Em seguida, o diretor da ESA/MT, Dejango Campos, falou sobre “Critérios legais das taxas de licenciamento ambiental – exemplo de Mato Grosso”. No segundo dia, as palestras foram “Crimes contra a administração ambiental: visão crítica”, com Giovane Santin; “Desafios do licenciamento ambiental: operações consorciadas”, com Flávio Ahmed; e “Limites da intervenção de outros órgãos no licenciamento ambiental”, com Werner Grau Neto.

CDH constata irregularidades em clínica

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MT, Betsey Polistchuk de Miranda, participou de vistorias em três clínicas de recuperação de dependentes químicos de Várzea Grande em conjunto com membros do Ministério Público Estadual e da Anvisa. Em duas foi constatado ambiente limpo com alguns detalhes a serem corrigidos, porém, na terceira havia muitas irregularidades. Betsey Miranda constatou ambientes com muita sujeira, equipamentos quebrados, teias de aranha, esgoto vazando, goteira. “Achei terrível, em especial porque, das clínicas, é a que mais cobra pelo serviço. Houve denúncias de que havia uma moça no quarto de contenção, mas não a encontramos. Porém, o quarto estava muito sujo e todo quebrado. Se não há limpeza, é muito difícil a recuperação”.

As vistorias foram feitas por causa de denúncias apresentadas ao Ministério Público, que pediu a presença da presidente da CDH.

Na última clínica, são cerca de 63 internos, sendo quatro moças. Todos os fatos foram levados ao conhecimento das autoridades. Em um dos casos já foi aberto inquérito para apurar denúncias de aplicação de medicamentos não autorizados e a representante da OAB/MT acompanhará todos os procedimentos para buscar garantir a dignidade dessas pessoas em tratamento.

ESA/MT

Comissão de Saúde e Conselhos inspecionam Farmácia de Alto Custo

A Comissão de Saúde da OAB/MT e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea/MT) e de Farmácia (CRF) estiveram na Farmácia de Demanda Especializada de Cuiabá (mais conhecida como de Alto Custo) para inspeção. A iniciativa foi tomada após a Ordem e o Ministério Público Estadual terem recebido denúncias sobre a falta de servidores, de ingerência e de medicamentos. Participaram o presidente da CS, Fábio Capilé, e os membros Péricles Santos e Joeli Castelli, além da equipe técnica do Crea/MT e do CRF e de uma emissora de TV. "Fizemos surpresa para verificar a procedência dos reclamos e percebemos que os registros são verdadeiros. A gestora, quando chegou, impediu que os servidores se manifestassem e não colaborou com nosso trabalho. Atitudes como essa são lamentáveis, pois queremos contribuir coma sociedade", disse Capilé.

Uma cidadã que retira medicamentos para a mãe, disse que há três meses o remédio não está disponível. Péricles Santos conversou com outros dois usuários que ficaram sem medicamentos, mas constatou que havia aqueles remédios armazenados. A equipe do CRF/MT constatou que a Farmácia de Alto Custo não está registrada, nem seus farmacêuticos como responsáveis técnicos pelo local. Uma notificação foi emitida. O Crea/MT constatou infiltrações em paredes, falta de manutenções e de reparos em torneiras, fechaduras, instalações elétricas, além de buracos, que podem acumular água, comprometendo a utilização dos medicamentos.

Encontro do Suas - O presidente da Comissão de Saúde da OAB/MT, Fábio Capilé, representou a diretoria do Conselho Federal da OAB durante reunião do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema de Justiça, em Cuiabá. "Uma preocupação apresentada por São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, foi a forma como a profissão tem sido encarada pelo Judiciário, que de expede requisições aos municípios para que realizem análise técnica da condição do indivíduo sob o aspecto psíquico-social, atribuindo atividades que fogem da sua competência. Dessa forma surge uma relação de medo e de subordinação às decisões dos magistrados, limitando-se a determinar o cumprimento sem analisar a realidade de competência e de estrutura de pessoal e de condições físicas". Foram criados três grupos para elaborar soluções e Capilé foi designado um dos relatores.

Especialista alerta para diagnóstico precoce de câncer de próstata

O número de câncer de próstata no Brasil já superou o de mama e está em segundo lugar, perdendo apenas para câncer de pele, e o diagnóstico precoce pode evitar complicações e até a morte, afirmou o professor da UFMT doutor Paulo Cesar Gomes em palestra na OAB/MT. A programação foi organizada pela Comissão de Saúde e Saneamento, presidida pelo advogado Fábio Capilé, aderindo à campanha Novembro Azul.

O especialista falou da função da próstata e das enfermidades que podem atingir o órgão como prostatite aguda, hiperplasia prostática benigna e câncer. Explicou que para o diagnóstico são observados o histórico familiar e feitos exames como hemograma, o PSA, urina, o toque retal, ultrassonografia e ressonância magnética transretal. Paulo Gomes ressaltou que o PSA não é conclusivo para diagnosticar o câncer, porque pode alterar por qualquer situação, como andar de bicicleta. É um alerta acompanhado pelo médico; e explicou que o toque retal ou os exames transretais são a melhor forma de identificar se há alteração e se é maligna. "A maior parte desse tipo de câncer ocorre na terceira idade, porém, se houver alguém na família, a idade da prevenção cai para 40, 45 anos. No Brasil, a estimativa é de que haverá 68.800 novos casos em 2014, contra 57.500 do câncer de mama. Fazer esses exames não influencia na masculinidade de ninguém. Antigamente muitos homens morriam com problemas provocados pelo câncer de próstata que deu metástase nos rins, intestino, até nos pulmões. Às vezes, seis meses podem fazer uma grande diferença e o tratamento iniciado cedo pode levar à cura".

Entre os fatores apontados como de risco, além do genético, estão a alimentação rica em gorduras animais, carne vermelha, leites, embutidos e a obesidade. E os fatores de proteção estão justamente na dieta com frutas (vermelhas, principalmente), vegetais (como tomates, cenouras), leguminosas (feijão, ervilhas), grãos e cereais integrais, além das vitaminas A, D e E, minerais, especialmente o selênio.

Sefaz é incompetente para julgar conduta ética de advogado

Não cabe à Comissão de Ética dos Servidores Fazendários da Secretaria de Estado de Fazenda julgar conduta de advogado conselheiro do Conselho Administrativo Tributário (CAT), mais conhecido como Conselho de Contribuintes. A conclusão foi apontada em sentença do juízo do Juizado Especial da Fazenda Pública de Cuiabá. O Mandado de Segurança (nº 8257-25.2011.811.0041) foi impetrado pela OAB/MT contra do ato da presidente da Comissão de Ética dos Servidores Fazendários (CEFS) e a sentença confirmou liminar concedida em 2011. A servidora submeteu o advogado Victor Maizman a julgamento ético visando averiguar a existência de possível conflito na atuação dele como advogado e conselheiro do Conselho de Contribuintes no qual é membro indicado pela FIEMT. A Seccional argumentou que os conselheiros não se submetem ao Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais e que caberia à Ordem averiguar possível falta ética. O presidente da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte, Darius Canavarros, destacou que "a decisão mostra a eficiência da OAB/MT em garantir o trabalho dos advogados na defesa de suas prerrogativas". Apontou que há outro MS impetrado pela Ordem para garantir ao seu representante a manutenção no CAT. "Esperamos que o próximo governo reveja essa questão e faça uma revista na legislação para corrigir erros e manter a autonomia das entidades de classe que integram o Conselho de Contribuintes".

O juiz Márcio Guedes ressaltou que a função de conselheiro tem um caráter especial, "decorrente da sua relevância social; tratando-se de um múnus público". Lembrou que o CAT tem composição paritária, mista e é formado por representantes do Estado e da sociedade civil e que estes não têm vínculo funcional com a administração, não se sujeitando às normas do Estatuto do Servidor Público. "É o entendimento que, competirá exclusivamente ao Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o poder de julgar e punir disciplinarmente os inscritos na OAB".

ESA/MT

Interação de advogados públicos na OAB/MT é elogiada

A integração de procuradores das esferas federal, estadual e municipal presentes no Seminário "A Fazenda Pública em juízo e o novo CPC" foi elogiada pelos convidados na OAB/MT. O evento durou três dias e foi promovido pela ESA/MT em parceria com as Escolas da Advocacia-Geral da União, Associação dos Procuradores de Mato Grosso (Apromat), e Procuradorias-Gerais do Estado, da Assembleia Legislativa, de Cuiabá e Faculdade de Direito da UFMT, com o apoio da Editora Saraiva. O secretário-adjunto da ESA/MT, Welder Queiroz, esclareceu que o seminário foi idealizado para "abarcar temas que envolvem os advogados públicos e promover amplos debates e aperfeiçoamento". A presidente da Apromat Gláucia Amaral ressaltou que se juntou à ideia da ESA/MT de reunir os advogados públicos. O diretor da Escola da AGU/SP Fábio Monnerat elogiou a iniciativa dizendo ter sido "magnífica a articulação que une todas as esferas da advocacia pública no âmbito dos Três Poderes. É uma honra sermos recebidos na OAB/MT".

Debates - A palestra de abertura foi sobre "Sistema recursal no novo CPC e os impactos na advocacia pública" com o doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP, advogado Pedro de Oliveira. O procurador da UERJ, Bruno Garcia Redondo, falou "da legitimidade e da (re)presentatividade da fazenda pública em juízo: da advocacia pública geral à especial". Também foram abordadas "as prerrogativas da fazenda pública em juízo no novo CPC" pelo secretário-geral da ESA/MT, Welder Queiroz. O procurador do DF, Marcos Cavalcanti, falou sobre "precedentes no direito brasileiro e o incidente de resolução de demandas repetitivas". A "atuação da fazenda pública nas demandas repetitivas" foi abordada pelo procurador federal, Fábio Monnerat. Também foram debatidos "Novo olhar sobre a burocracia: a contribuição dos agentes de estado para o aperfeiçoamento das políticas públicas" com o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Estado de MS em Brasília Ulisses Viana; e "Os honorários advocatícios na advocacia pública" por Marcello Terto e Silva, procurador do Estado de GO.

SUBSEÇÕES

Audiência trabalhista simulada promove conhecimento

Uma audiência trabalhista simulada demonstrou todos os procedimentos e tirou dúvidas dos acadêmicos na 1ª Jornada Jurídica organizada pelo Univag e a ESA/MT, com apoio da OAB/MT, CAA/MT e Fato Cursos e Concursos. "Esta foi uma parceria muito importante com alto nível de conhecimento. Agradecemos especialmente aos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho pela colaboração", ressaltou o presidente da Escola, Bruno Castro.

O presidente do TRT/MT, desembargador Edson Bueno, atuou como interlocutor. O juiz auxiliar da Presidência do TRT/MT, Plínio Podolan, presidiu a audiência; a vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, atuou como advogada da reclamada (empresa); e a presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas (Aatramat) Karlla Patrícia Souza, como advogada da reclamante (empregado). As partes, testemunhas e auxiliar do Juízo foram os próprios alunos de Direito.

O caso simulado foi retirado da última prova de sentença da magistratura trabalhista aplicada em outubro deste ano. A cada ato, os magistrados e as advogadas explicavam detalhadamente e tiravam dúvidas. O desembargador Edson Bueno e o juiz Plínio Podolan ressaltaram que "o bom advogado é o que mais contribui com o juiz".

Também houve palestra com o secretário-geral adjunto da ESA/MT, Welder Queiroz, sobre "Impactos do novo CPC"; com o secretário-geral da Comissão de Direito Tributário da OAB/MT, Pedro Paulo Peixoto Junior, sobre "Prática Tributária" na UFMT. Ainda na OAB/MT, a advogada Lilian Florenzano abordou o "Nexo Causal – Art. 13 do Código Penal", e o professor do Univag Pedro Sillas deu dicas de "Como estudar para concursos públicos".

OAB/MT debate políticas públicas para mulheres em Tangará

A vice-presidente da OAB/MT, Claudia Aquino, participou da Capacitação em Políticas Públicas para Mulheres no município de Tangará da Serra. O convite partiu da Secretaria Municipal de Assistência Social, organizadora da ação.

Oportunidades como essa são vistas pela vice-presidente como reflexo dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto OAB/MT Mulher, que inclui um grupo temático específico voltado à disseminação das políticas de valorização da figura feminina e dos direitos da mulher. A capacitação aconteceu no auditório da OAB/Tangará da Serra e o tema geral foi ministrado pela Superintendente de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, advogada Ana Emília Sotero.

SUBSEÇÕES

Subseções reivindicam juízes e ampliação de comarca

As diretorias da OAB/MT e das Subseções de Comodoro, Diamantino e Nova Mutum reivindicaram ao Tribunal de Justiça algumas demandas que considerava importantes. Da reunião participaram o presidente da Ordem, Maurício Aude, os presidentes da OAB/Diamantino e OAB/Nova Mutum, Gildo Capeleto e Cesar Boni, respectivamente, e o vice-presidente da OAB de Comodoro, Elbio Gonzales.

Em Diamantino e Nova Mutum, o pleito principal foi para a titularização de magistrados. Gildo Capeleto e Cesar Boni defenderam ser a medida primordial para imprimir celeridade na prestação jurisdicional. O juiz auxiliar da presidência Luiz Octávio Sabóia garantiu que não haverá remanejamento de juízes até dezembro deste ano, mas que a partir de janeiro poderá haver movimentações devido aos processos de promoção e de remoção em trâmite no tribunal. Para ele, a titularização somente será possível após a efetivação das promoções e remoções.

Em Comodoro, o advogado Elbio Gonzales ressaltou que é necessária a ampliação do prédio da comarca e da Terceira Vara, e acrescentou que há parceiros dispostos a contribuir como a prefeitura. O juiz auxiliar da presidência reconheceu a necessidade da reforma e informou que transmitirá a demanda ao presidente do TJMT. Quanto à Terceira Vara, informou que falta recurso financeiro, mas que o órgão finalizaria os estudos para inseri-los no planejamento estratégico 2015-2020, a ser apresentado aos desembargadores e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para ele, instalar a vara sem estrutura seria ineficaz.

Reinauguração da OAB/Lucas é marcada por solenidade

A reinauguração da sede da OAB em Lucas do Rio Verde foi marcada com solenidade de entrega de carteiras aos novos advogados e estagiários, além de reunião ordinária para tratar interesses dos advogados e advogadas inscritos na subseção, tais como projeções de ações para o próximo 2015, Natal Solidário, confraternização de final de ano e outros. O ex-presidente da Seccional, Francisco Anis Faiad, falou sobre as “Inovações recursais no processo trabalhista”. A realização conta com parceria entre a OAB/MT, ESA/MT e CAA/MT. O presidente da OAB/Lucas, Abel Sguarezi, agradeceu a todos que aceitaram o convite e participaram do evento.

Toma posse a Comissão de Direito da Mulher da OAB/Sinop

A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, participou da posse das integrantes da Comissão de Direito da Mulher da Subseção de Sinop e elogiou a iniciativa, ressaltando que a pretensão da Seccional é implantar essa comissão temática em todas as subseções. “Sinop novamente se destaca pela agilidade e comprometimento. A Comissão também é composta por homens e as causas femininas só terão total êxito com o apoio e envolvimento da classe masculina”.

De acordo com a presidente da comissão, Andreia Varea, o objetivo será o acompanhamento e fomento de políticas públicas voltadas para o público feminino. A Comissão de Direito da Mulher da OAB/Sinop é composta também pela vice-presidente, Ana Elisa Del Padre, e secretária, Cláudia Santana. As conselheiras são as advogadas Soraide Castro, Maristela Frizon, Sonia Maria Santos e Katia Regina Moglia. Ainda integram a comissão os advogados Felipe Guerra, Diego de Melo, Tatiele Albring, Cristina Burato, Adriana Senn, Diana Cenedese, Liliane Raneco, Mayara Weirish, Heloisa Camargo, Amanda Ost, Ana Paula Oliari, Marcia Bantler, Josiane de Souza, Kariza Aguiar, Aline Milanski, Suema Matos, Xênia Guerra. Fonte: OAB/Sinop

Primeira reunião – Em seguida à sua posse, a Comissão dos Direitos da Mulher (CDM) da OAB/Sinop realizou a primeira reunião tratando da efetivação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, tendo em vista que, mesmo após autorização por lei, não foi implantada. A secretária de Assistência Social, Daniela Constantini, falou sobre a luta pela construção de uma casa de apoio às mulheres vítimas de violência. A vereadora Neiva da Alvorada, presidente do Conselho Municipal do Direito da Mulher, também manifestou apoio aos objetivos da CDM/Sinop, bem como os deputados Nivaldo, por meio de seu representante, e Dilmar Dal Bosco. A acadêmica do curso de Psicologia, Fátima Scalabrim, falou sobre seu projeto de trabalho de conclusão do curso, no qual o tema se relaciona com a implantação da delegacia feminina no Município de Sinop e, de que formas o estudo pode contribuir com os objetivos da CDM/Sinop.

SUBSEÇÕES

OAB/Jaciara quer melhorias na cadeia

As diretorias da OAB/MT e da OAB/Jaciara estiveram na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos reiterando o pleito de melhorias na cadeia pública do município. Participaram o presidente da Ordem, Maurício Aude; o presidente da Subseção de Jaciara, Claudinez Pinto Junior; o secretário de justiça, Luiz Antonio Pôssas de Carvalho; o prefeito de Jaciara, Ademir de Lima; o presidente da Câmara de Vereadores, Jânio de Souza; o vereador Cloves Pereira; o diretor da cadeia, Izaías Ramos, e o agente prisional Elisandro Dourado; e o representante do Conselho de Segurança Messias Ataíde. A principal reivindicação é para que a Sejudh adote medidas emergenciais para a reforma da cadeia.

"Hoje há quase 140 presos num espaço destinado para cerca de 50. A situação está insustentável. Os cidadãos nos cobram diuturnamente uma posição. A cadeia, além de estar em péssimas condições (sem saneamento, problemas na parte elétrica dentre outras), está localizada no centro da cidade, ao lado de escola, hospital e centro espírita. O primeiro local para onde os presos pulam quando fogem é para a escola e isso não pode acontecer", desabafou Claudinez.

Propostas - A OAB/Jaciara, junto com o Poder Executivo e Legislativo, conseguiu que um terreno de 10 hectares seja doado ao Estado para a construção de um Centro de Detenção Provisório (CDP). A cadeia de Jaciara não tem ala feminina e, por isso, mulheres estão sendo presas e soltas poucas horas depois. O advogado sugeriu que a cadeia de Juscimeira (município vizinho) passe a abrigar somente mulheres e que Jaciara continue com a ala masculina. O secretário de Justiça e Direitos Humanos já visitou as cadeias públicas de Jaciara e Juscimeira e reconheceu que são as mais precárias do Estado. Garantiu verba de R$ 80 mil para que reformas sejam efetuadas até o fim deste ano e, quanto à cadeia de Juscimeira, disse que precisa estudar a viabilidade de transformá-la em feminina, mas antecipou que a intenção é concentrar tudo em Jaciara. A OAB/Jaciara também solicitou tornozeleiras eletrônicas aos detentos, o que foi acatado pela Sejudh.

Projeto de reforma política precisa de assinaturas

A OAB de Jaciara iniciou a divulgação do projeto de iniciativa popular da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que apresenta proposta de representação política com quatro principais pontos: 1) proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do Financiamento Democrático de Campanha; 2) eleições proporcionais em dois turnos; 3) paridade de gênero na lista pré-ordenada; e 4) fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes. O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, estimula advogados, advogadas, profissionais de outras áreas, estagiários, acadêmicos e toda a sociedade a assinar. "Urge a aprovação da reforma política. A OAB apresenta um projeto de reforma, fruto de um amplo debate com a sociedade, nos moldes do Projeto Ficha Limpa. Precisamos colher com urgência as assinaturas para viabilizar o projeto de iniciativa popular".

O presidente da Subseção, Claudinez da Silva Junior, coletou cerca de mil assinaturas em parceria com o juiz eleitoral, que autorizou a coleta nas escolas que abrigaram as seções eleitorais, bem como a Maçonaria. "Esse projeto nasceu em Jaciara junto com a Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT, TRE/MT e Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral". A ideia é reunir todos os formulários e enviá-los até o final do ano para Brasília. O site para o projeto de lei e demais informações é: www.reformapoliticademocratica.org.br.

Advocacia em fase pré-processual é defendida em Diamantino

A vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, defendeu a atuação da advocacia nos conflitos ainda em fase pré-processual diante da sua imprescindibilidade para a administração da Justiça durante a II Jornada de Estudos do Curso de Direito da Unemat de Diamantino/MT (II Jedud). O evento ocorreu na Universidade de Mato Grosso e a advogada representou a diretoria da Seccional na palestra "Mediação e Acesso à Justiça". A palestrante foi a desembargadora presidente do Núcleo Permanente de Conciliação do TJMT Clarice Claudino. Cláudia Aquino ressaltou a importância de se criar uma cultura de reconhecimento do advogado como o profissional mais habilitado para conduzir uma negociação.

"É papel do advogado, da advogada a defesa dos interesses das partes utilizando o conhecimento técnico necessário para o acordo. A Constituição Federal afirma que os advogados são imprescindíveis para a administração da Justiça e os profissionais também terão que mudar sua forma de atuar".

O presidente da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OAB/MT, João Paulo Moreschi, também foi debatedor na palestra "Mediação e o mercado de trabalho para o advogado".

O expositor foi o membro da Comissão de Juristas do Senado Federal e presidente da Comissão Nacional de Mediação, Conciliação e Arbitragem do Conselho Federal da OAB, Aldemar Motta. Moreschi é membro da referida comissão nacional e tem atuado em conjunto com o Poder Judiciário para a divulgação da cultura da resolução de conflitos por meio da composição.

SUBSEÇÕES

Testes de autoescolas retornarão em VG

Após a intervenção da diretoria da OAB de Várzea Grande e da Comissão de Direito de Trânsito da OAB/MT, os testes práticos para a obtenção da carteira de motorista voltarão a ser feitos no município depois de terem sido transferidos para Cuiabá em virtude da precariedade do local onde realizavam as provas. Em reunião requerida pela presidente da OAB/VG, Flávia Moretti, com o presidente do Departamento de Trânsito (Detran/MT), Eugênio Destri, proprietários de autoescolas do município reivindicaram as melhorias no local ao invés de transferir os testes para a capital. Também participaram o conselheiro estadual pela OAB/MT Rodrigo Araújo; o presidente da Comissão de Direito de Trânsito, José Antônio Duarte Alvares; o prefeito de Várzea Grande, Walace Guimarães; o vice-prefeito, Wilton Coelho; o empresário e proprietário do terreno que era utilizado para as provas, Juarez Ductievicz; e outras autoridades. Durante o encontro ficou acordado que, para permanecer no local serão necessárias adequações urgentes como disponibilização de energia elétrica e internet que será feita pelo proprietário do terreno onde as testes são realizados. A prefeitura vai disponibilizar banheiros químicos, tendas e cadeiras para os examinadores e para os alunos e, as autoescolas, um container que ficará à disposição do Detran. Todas estas adequações devem estar à disposição da população no prazo de 15 dias.

OAB/VG consegue medidas para melhorar atendimento em banco

Para atender ao pedido da OAB de Várzea Grande, a Superintendência do Banco do Brasil apresentou ações a fim de melhorar o atendimento até que seja instalado o Posto de Atendimento Bancário (PAB) na Vara de Trabalho da cidade. O ofício destaca entre as recomendações a possibilidade de realização de depósitos judiciais por meio da internet, da Central de Atendimento BB (CABB) ou Terminais de Autoatendimento; a estipulação de funcionários responsáveis para os serviços específicos dos advogados e advogadas sem a necessidade de retirar senha, devendo seguir ordem de chegada; além do atendimento preferencial também poder ser realizado alternativamente no PAB TRT Cuiabá.

A presidente da subseção, Flávia Moretti, o presidente da Comissão do Direito do Trabalho da OAB/VG, Thiago Coelho, o presidente da CAAMT, Leonardo Campos, a secretária-geral da Subseção, Stella Zeferino, e a Ingrid Eickhoff (tesoureira) se reuniram com o superintendente estadual do Banco do Brasil, Luís Carlos Moscardi, o gerente de Mercado Whelen Gonçalo, o gerente de Relacionamento da Agência 2764-2 (VG), Ezequiel Busatto Riva. Os advogados reiteraram que o Fórum de Várzea Grande também alcança Poconé, Jangada e Nossa Senhora do Livramento. Essas cidades, de acordo com o Censo de 2010 pelo IBGE, teriam em 2014 uma estimativa populacional de 317.200 pessoas. Em 2013 a Justiça do Trabalho em Várzea Grande recebeu 3.298 novos processos, encerrando o ano com 3.677 processos em trâmite. Conforme Flávia Moretti, esses números correspondem a 90% de movimentação bancária via Banco do Brasil, uma vez que os depósitos recursais estão vinculados à instituição.

A pedido da OAB/Lucas, juízes fazem escala de trabalho em Tapurah

Para atender a Subseção de Lucas do Rio Verde, o presidente do TJMT, desembargador Orlando Perri, informou que os magistrados da comarca da referida cidade fizeram um acordo para se alternarem na substituição da comarca de Tapurah, visando minimizar a sobrecarga de funções. A OAB/Lucas buscou providências para a designação de um juiz para a unidade.

O presidente da Subseção, Abel Sguarezi, sugeriu que fosse designado juiz para Tapurah ou para Lucas (3ª, 5ª ou 6ª Varas) que cumularia as duas unidades enquanto durasse a licença maternidade da juíza que atendia pela comarca vizinha.

Em resposta, o TJMT informou da falta de magistrados, não sendo possível atender o pleito. “Infelizmente não era o que esperávamos, pois a prestação jurisdicional em Lucas do Rio Verde e Tapurah restam prejudicadas.

Porém, informamos a escala de substituição que consta da decisão”, pontuou o advogado. Assim, o juiz Hugo José Freitas da Silva respondeu por Tapurah até o dia 31 de outubro; o juiz Gleidson de Oliveira Grisoste Barbosa ficará de 1º de novembro a 5 de fevereiro de 2015; e o magistrado Cássio Luis Furim, de 6 de fevereiro a 31 de março.

SUBSEÇÕES

OAB/Rondonópolis entrega fraldas à Santa Casa

A diretoria da OAB de Rondonópolis entregou à Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis mais de 60 pacotes de fraldas descartáveis para filhos de mães carentes que dão à luz na instituição.

Na campanha "Outubro Rosa", a subseção realizou a arrecadação em prol da UTI Neonatal da Santa Casa e várias empresas da cidade se tornaram ponto de coleta das doações. Por mês, nascem na Santa Casa cerca de 300 bebês e, de acordo com a superintendente administrativa da entidade, Ciomara Xavier, muitas mães não têm condições de comprar enxoval. Atualmente a Santa Casa é referência em saúde para 19 municípios da região Sul do Estado. Os interessados em ajudar podem entrar em contato pelo telefone (66) 3410-2722. (Foto: A Tribuna Mato Grosso Digital)

Comissão da OAB/BG denuncia pessoas por maltratar cão

A Comissão de Defesa aos Direitos dos Animais da OAB de Barra do Garças formalizou denúncia para a Delegacia de Polícia Judiciária Civil de maus tratos praticados por dois homens a um cachorro. O presidente da comissão, Leonardo Carvalho da Mota, noticiou que o animal "foi covardemente acorrentado com cadeado e arrastado por dois homens em uma motocicleta por várias quadras (atravessaram dois bairros)". O cão foi abandonado, depois resgatado e encaminhado ao veterinário.

Na cidade, o fato gerou repercussão. "Juntamente com os protetores de animais em um trabalho conjunto de troca de informações e prezando pela preservação de todos os envolvidos, chegamos a possível identificação dos suspeitos, obtivemos testemunhas e encaminhamos todas as informações para as autoridades competentes". Leonardo da Mota explicou que o crime de maus tratos contra animais está embasado na Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.605/98 (art. 32, § 1º) e Decreto 24.645/34 (incisos I, IV, V, XV, XVIII), com pena de detenção de três meses a um ano e multa.

Toma posse nova Comissão de Saúde da OAB/Juína

A nova Comissão de Saúde da OAB de Juína tomou posse com a presença da vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino, o presidente da subseção, Oswaldo Lopes, diretores e profissionais da região. Novos advogados, advogadas e estagiários também receberam as certidões e prestaram compromisso. Assim, compõem a referida comissão os advogados Cristiano Zandoná, Douglas de Barros, Makellen Machado, Marlene dos Santos, Renan Marinello, Rodrigo do Nascimento e Pedro Soares.